

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Origem e evolução do pensamento *tercerista* uruguaio: 1940-1973

José Pedro Cabrera Cabral

Resumo:

A origem do pensamento *tercerista*, ou terceira posição, dentro da esquerda democrática uruguaia remonta à década de 1940. A sua influência no meio intelectual permeou várias correntes da esquerda nacional até o Golpe Militar de 1973. Surgiu como uma posição, em matéria internacional, a partir de um movimento revisionista dentro da historiografia nacional, e rapidamente adquiriu outras dimensões, principalmente pelo aporte de intelectuais, tais como Carlos Quijano, Roberto Ares Pons, Carlos Real de Azúa, Arturo Ardao, entre outros. A este movimento revisionista somou-se parte do movimento estudantil centrado na Federação de Estudantes Universitários do Uruguai – FEUU. Constituiu-se em uma corrente que pensou um modelo “nacional”, dentro da esquerda democrática, para o país, e que influenciou, de diversas formas, várias gerações de uruguaio.

Palavras-chave: Pensamento *tercerista*, esquerda democrática, nacionalismo revolucionário.

Abstract

The origin of the *tercerista* thought, or third position, inside of the Uruguayan democratic left retraces to the decade of 1940. Its influence in the half intellectual permeated some chains of the national left until the Military Blow of 1973. It appeared as a position, in international substance, from a revisionist movement inside of the national historiography, and quickly it acquired other dimensions, mainly for arrives in port it of intellectuals, such as Carlos Quijano, Roberto Ares Pons, Carlos Real de Azúa, Artuto Ardao, among others. To this revisionist movement part of the centered studanty movement in the Federacy of University Students of Uruguay – FEUU was added. One consisted inside in a chain that thought a “national” model, of the democratic left, for the country, and that it influenced, of diverse forms, some generations of Uruguayans.

Keywords: *Tercerista*, left thought democratic, revolutionary nationalism.

1. Antecedentes e bases do *tercerismo*

Desde a metade da década de 1940, surgiu um movimento revisionista na historiografia uruguaia do qual participaram intelectuais que não eram historiadores, como Carlos Quijano, Arturo Ardao e Carlos Real de Azúa. Juntamente com historiadores como Pivel Devoto, Ares Pons, Oscar Bruschera, Carlos Reyes Abadie, Benjamin Nahum e José Pedro Barrán, eles lideraram o processo revisionista, que perdurou até a década de 1970.

No início da década de 1950, a produção historiográfica dessa corrente foi abundante e se alimentou pelo descobrimento de novos e importantes documentos referentes à independência nacional e regional, à formação do Estado-Nação e, fundamentalmente, à personalidade de José Gervasio Artigas, com especial foco nos alcances democráticos e radicais de seu pensamento político-social e a sua concepção federalista. Esse revisionismo voltou-se para a análise do modelo de desenvolvimento do país e da região, principalmente a partir das questões inerentes à integração regional.

A esse movimento revisionista somaram-se os jovens universitários agrupados na Federação de Estudantes Universitários do Uruguai – FEUU, que, a partir da metade da década de 1940, mobilizada pelo contexto internacional em volta da II Guerra Mundial¹ e da bipolaridade resultante da Guerra Fria, constituiu-se em um centro de irradiação do pensamento *tercerista*. Os intelectuais uruguaios formados nesse período ingressaram no corpo docente do ensino médio, e muitos deles foram jornalistas na imprensa montevideana.

O *tercerismo* uruguio foi, no seu começo, essencialmente um posicionamento em matéria internacional que admitia a possibilidade da participação no seu seio de ideologias diversas em política interna. A natureza do *tercerismo*, ou da terceira posição, implicou em um divisor de águas dentro da esquerda, visto que diferenciou os adeptos do comunismo e suas orientações pró-soviéticas, mantendo as características mais marcantes da esquerda democrática – entre outras, o antiimperialismo e o socialismo.

No âmbito estudantil, o *tercerismo* definiu um perfil ideológico próprio, com conseqüências sobre a política interna, que acabou sendo adotado pela maior parte de seus seguidores e que a FEUU definiu, em 1950, nos seguintes termos: “Por uma democracia política, econômica e social que não esteja ao serviço de uma classe ou de um grupo, e sim dos povos. Igualdade absoluta de direitos, coletivização da produção, supressão do governo de classes. Contra todo totalitarismo e contra todo imperialismo.” (FEUU, 1950: 6)

Pode-se definir a composição social dessa corrente dizendo que predominou nela a pequena-burguesia ilustrada e idealista. Sem desconhecer as vinculações que manteve com certos setores da “elite” do proletariado, especialmente no campo do sindicalismo autônomo,

¹ No âmbito estudantil, nos anos de 1943-1944, a *Tercera Posición* teve sua concretização orgânica. Os centros de estudantes agrupados na FEUU pronunciaram-se, em uma linha antifascista, contra a direção anglo-saxona e russa da guerra. Para distinguir-se dos fascistas e dos “aliados” incondicionais, os componentes dessa nova tendência adotaram a denominação de *Tercera Posición*.

concentrou-se nela um numeroso núcleo da *intelligentsia*², expressão que designou, segundo Ares Pons, aqueles que aspiravam a pensar com independência (PONS, 1956: 8).

Desde o ponto de vista de sua composição política, na sua primeira fase, recebeu um forte impulso de setores de extrema esquerda, como o anarquismo e o trotskismo. Prontamente, operou-se um processo que incorporou afluentes de diversas origens. Elementos de formação democrático-liberal radicalizados, oriundos dos partidos tradicionais, e também setores ligados ao catolicismo que não se identificavam com o binômio URSS-USA.

2.A evolução do pensamento da terceira posição

O *tercerismo* se formulou a partir de correntes difusas, carentes de coesão, que permitiriam identificá-lo como partido ou sistema de idéias. Mesmo assim, entre seus pressupostos, além de sua posição internacional, aparecem como denominadores comuns de seus grupos: o repúdio ao capitalismo em suas manifestações extremas; a rejeição ao Estado tentacular e policial; o sentimento de interesse público unido à defesa da significação espiritual e à dignidade do indivíduo (PONS, 1968: 64).

Um dos pontos centrais do pensamento *tercerista* uruguaio foi o imperialismo. A postura antiimperialista caracterizou, sobremaneira, esta vertente da esquerda. Mas uma particularidade deve ser assinalada: ela diferenciou-se do conceito clássico da esquerda do período, visto que o *tercerismo* criticava tanto o imperialismo capitalista como também – e com o mesmo rigor – o imperialismo soviético.

Desde a perspectiva *tercerista*, o imperialismo relacionava-se com toda forma de dominação econômica que os países dominantes exerciam sobre os outros, fossem estes do bloco capitalista ou do bloco soviético. Real de Azúa afirmava que o *tercerismo* englobava todas as formas de dominação: “[...] todas as influências irreversíveis que determinados países exercem sobre outros, sob o rótulo comum do imperialismo, são desprezíveis e afirmam nossa total posição antiimperialista.” (AZÚA, 1996: 662).

Por outro lado, desde finais da década de 1940, pode-se observar, na obra de Carlos Quijano, dois aspectos principais. Por um lado, a significação atribuída por ele aos acordos econômicos regionais, como sinônimos de um caminho a percorrer para a unidade continental; e por outro, a importância crescente que foi conferida ao fator político, como

² O termo originalmente identificou a intelectualidade russa da época czarista, e logo se universalizou, aplicando-se sempre a setores que participavam de um caráter similar. Arthur Koestler mencionou, como exemplos de grupos de *intelligentsia*, a “estudentada” nacionalista da Alemanha pós-napoleônica, os boêmios de Montmartre e, finalmente, se atém às definições que dá o Oxford Dictionary na sua terceira edição, de 1934: “Aquele parte de uma nação que aspira a pensar com independência”.

metodicamente prioritário com respeito ao econômico, sem deixar de ser este o fundamento último de qualquer forma de união e integração.

Muito antes que acordos regionais fossem ensaiados em diversas partes de “Nossa América”, Quijano foi fervoroso partidário dos mesmos. Ele sistematizou diversas idéias antecipadas por outros economistas da região. Teve a forte concepção de que a integração era uma fórmula por excelência para que o Uruguai pudesse desenvolver-se no contexto de uma ampla integração econômica no âmbito do *Rio de la Plata*. Na concepção de Quijano, existiam três opções políticas para a América: o *pan-americanismo*, o *latino-americanismo* e os acordos regionais.

Quijano entendia que essas três opções políticas necessariamente tinham que ser excludentes. Praticando uma delas, não se podia tentar a outra. Sua concepção apontava para uma saída pelo caminho da integração econômica regional. “Destas três políticas, uma – o *pan-americanismo* – é, queira-se ou não, o servilismo. Outra, a segunda, é hoje uma utopia. A única viável e realista é a última.” (QUIJANO, 1940: 5)

Por sua vez, Carlos Real de Azúa sintetizava os fundamentos do *pan-americanismo* como uma concepção dogmática das formas da democracia clássica: “[...] opostas ao ‘totalitarismo’ e focadas nas fórmulas do desenvolvimento com liberdade.” (AZÚA, 1996: 606) No âmbito econômico, criticou os postulados da livre empresa e da iniciativa privada. No sócio-cultural e religioso, os valores da civilização cristã e ocidental, correlativamente afirmados na suprema *indeseabilidad* do comunismo. Para o autor, este era o conteúdo da doutrina *pan-americanista*.

A esse componente doutrinário, Azúa acrescentava o postulado da exemplaridade dos Estados Unidos, como modelo a seguir por outras repúblicas do continente, e a efetiva irrupção da sociedade de massas que essa situação pressupunha: a vigência do ideal “moderno” do bem-estar material e do alto consumo. Azúa denunciava a contundente persistência das técnicas de expansão imperialista sob a máscara dos “planos de ajuda”, os “projetos de desenvolvimento” e das “alianças para o progresso” (AZÚA, 1996: 608).

Deve-se recordar que, desde 1948, a América Latina obteve “reconhecimento” mundial, inaugurando, nesse ano, um processo de institucionalidade internacional com a formação da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal. Nesse momento, no marco do sistema interamericano, começou-se a colocar, em um segundo plano, a concepção pan-americana. Daí em diante, institucionalizaram-se: em 1949, a União de Universidades da América Latina – Udal; em 1961, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – Alalc; em 1964, o Parlamento Latino-Americano – Pala; em 1969, a Comissão Econômica de

Coordenação Latino-Americana – Cela; e em 1973, o Sistema Econômico Latino-Americano – Sela.

Mas um outro fato, ocorrido na América Latina, marcou definitivamente o pensamento *tercerista* e toda a esquerda no continente: o triunfo da Revolução Cubana. A partir dela, o *tercerismo* dividiu-se, no período imediato ao triunfo da Revolução (1959-1961), em duas correntes: por um lado, os que reivindicavam a construção de um modelo socialista com base nos postulados social-democratas; e por outro, os que visavam a este processo a partir da luta armada.

A postura do setor identificado como esquerda democrática representou a maioria dentro do *tercerismo* da época, apoiando o processo revolucionário de Cuba na sua totalidade (entre 1959 e 1961), e os que visaram à luta armada como método para a construção do socialismo constituíram, a partir da segunda metade da década de 1960, as duas organizações armadas mais expressivas do país: o Movimento de Libertação Nacional – *Tupamaros* e a Organização Popular Revolucionária 33 Orientais.

Uma nova fração dentro do *tercerismo* se produziu a partir de 1961, no momento em que o presidente cubano Fidel Castro se declarou marxista-leninista e manifestou sua aliança com o bloco soviético. Quijano escreveu um editorial no Semanário *Marcha*, em 08 de dezembro de 1961, no qual manifestou sua surpresa – mas não sua condenação – pelo fato de o líder cubano ter se declarado marxista. O que foi seriamente criticada era a adesão cubana ao bloco soviético. Esse seria o motivo da nova dissidência dentro do *tercerismo*.

Quijano foi pioneiro na crítica ao chefe de Estado cubano. Ele considerou a adesão ao bloco soviético como um verdadeiro retrocesso no processo revolucionário da América Latina e do Terceiro Mundo, como um todo. O editorialista do *Marcha* afirmou: “Com diretivas internacionais não é possível fazer revoluções nacionais, e o que a América Latina necessita é isso: uma revolução nacional.” (QUIJANO, 1961: 2) A posição de Quijano – e do *tercerismo* como um todo – não implicou em retirar seu apoio ao processo cubano, mas levou a uma intensa polêmica dentro do meio intelectual e político uruguaio.

Uma semana depois do editorial anterior, Quijano voltou ao tema cubano. Para Quijano, a Revolução Cubana era o ponto de partida de um processo de libertação nacional para toda a América Latina, mas esse processo deveria se inserir no quadro dos países e povos integrantes. “Uma revolução antiimperialista aqui, na América, deve desembocar no socialismo. Mas se radicalizar não significa aderir a Moscou. Socialismo é equivalente a regime soviético?” (QUIJANO, 1961(b): 2). Sua crítica ao alinhamento soviético era contundente.

O socialismo proposto pelo *tercerismo* – no seu setor majoritário – era a expressão de uma esquerda democrática que reivindicava a construção de um modelo autenticamente “nacional”. A crítica aos modelos externos, com duas linhas, por sua vez, opostas: por um lado, o modelo soviético, expressamente repudiado; e por outro lado, o modelo cubano – posterior ao alinhamento de Castro. Eles representavam experiências não desejadas. A firme convicção de um socialismo autóctone foi uma característica desta linha de pensamento.

Como foi assinalado por Arturo Ardao (1966: 7), a terceira posição não se definiu nunca como nacionalista, e sim com a firme convicção de que se necessitava criar um modelo “nacional” para a construção do socialismo. Esse modelo não poderia aceitar receitas prontas (de nenhum lado); mas qualquer proposta direcionada ao âmbito “nacional” tinha uma enorme conotação internacionalista, no sentido de que os processos de libertação nacional entendiam-se de abrangência continental.

Real de Azúa esclarece muito bem o conceito de nacionalismo do *tercerismo*: “Nacionalismo não é localismo. O localismo é a tendência a não ver mais do que existe em nosso redor. Um nacionalismo maduro, contrariamente, não escapa à necessidade de contemplar o universal. Mas o contempla desde uma perspectiva própria, e não a dos outros.” (AZÚA, 1996: 96) Esse tipo de nacionalismo, Azúa o chamou de “nacionalismo revolucionário ou marginal”. Justamente a obra de Real de Azúa constituiu-se na contribuição mais expressiva na teorização do conceito de nacionalismo levantado pelo pensamento *tercerista*.

O pensamento *tercerista* evolucionou a partir da década de 1960, com intensas polêmicas localizadas em organizações políticas que, sob a influência da Revolução Cubana, postularam uma maior radicalização de suas respectivas ideologias, plataformas políticas e estratégias que, gradativamente, durante o transcurso da década, se direcionaram para: 1) a constituição de organizações que reivindicaram a luta armada; e 2) a unificação da esquerda democrática a partir da formação da Frente Ampla, em 1971.

3. Considerações finais

O pensamento *tercerista* uruguaio caracterizou-se, fundamentalmente, por uma firme postura antiimperialista e por sedimentar as bases do que poderia ter sido um modelo nacional para a construção do socialismo. Bases essas que não tiveram continuidade – nem teórica, nem politicamente –, visto a diversidade de correntes político-ideológicas que esta

corrente albergou e que levaram a um fracionamento da esquerda, o que impossibilitou a elaboração de um projeto político para o país.

Mesmo assim, a importância dessa corrente de pensamento dentro da esquerda nacional imprimiu, de forma profunda, alguns pressupostos que perduraram e caracterizou a esquerda “independente” até o Golpe de Estado, em 1973: em primeiro lugar, um antiimperialismo que criticava também o modelo soviético; em segundo lugar, a impossibilidade de se pensar um modelo nacional a partir dos postulados pró-soviéticos (e isto incluía uma séria crítica ao Partido Comunista); e em terceiro lugar, a convicção de que um modelo “nacional” deveria ser autóctone e não seguir modelos externos.

Os pressupostos do *tercerismo* permearam, de distintas formas, todos os setores da esquerda independente entre as décadas de 1950 e 1970, e, particularmente, aos setores que na metade da década de 1960 viram na luta armada uma opção para a construção do socialismo no país. De igual forma, percebe-se a presença do pensamento *tercerista* na consolidação da Confederação Nacional de Trabalhadores – CNT, em 1965, e, posteriormente, na formação da coalizão de esquerda Frente Ampla, em 1971.

Por outro lado, o âmbito intelectual uruguaio, em particular a historiografia, como também as ciências humanas e sociais, foi fortemente influenciado pelo pensamento *tercerista* entre as décadas de 1960 e 1970. Observa-se uma ampla produção nessas áreas do conhecimento, voltada para uma revisão crítica das concepções anteriores e marcada, no essencial, pela procura de um modelo nacional, independente, antiimperialista e fundamentalmente contextualizado no cenário continental das lutas pela libertação nacional.

4. Referências

- ARDAO, Arturo. Tercerismo y Nacionalismo. **Semanario Marcha**. Montevideo: 1º. de abril de 1966.
- AZÚA, Carlos Real de. Imagenes del Tercerismo (II). In: **Tercera Posición, Nacionalismo Revolucionario y Tercer Mundo**. Montevideo: Camara de Representantes, Vol. III, 1996.
- FEUU. **Jornada**. Montevideo: outubro de 1950.
- PONS, Roberto Ares. Sobre la Tercera Posición. In: **Revista Nexo**. Montevideo: nº. 3, agosto-setembro de 1956.
- _____. **La Intelligentsia Uruguaya**. Montevideo: Banda Oriental, 1968.
- QUIJANO, Carlos. Panamericanismo, no; acuerdos regionales, si. In: **Semanario Marcha**. Montevideo: 26 de julho de 1940.
- _____. Las declaraciones de Fidel Castro. In: **Semanario Marcha**. Montevideo: Editorial, 08 de dezembro de 1961.

_____. Digamos nuestro mensaje. In: **Semanario Marcha**. Montevideo: Editorial, 15 de dezembro de 1961, (b).